

CNPJ: 11.569.190/0001-89

Folha nº 23
Proc. nº 005/23
Rubrica

ATO DELIBERATIVO

DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE PÚBLICA:

- Base legal: Artigo art. 25, inciso II, e art. 13 incisos VI da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações; e demais legislações vigentes pertinentes à área.
- Processo administrativo nº 005/2023
- Dispensa de Licitação: Inexigibilidade.
- Objeto: Inscrição de 05 (cinco) servidores no Congresso Previdenciário RPPS 2023 O QUE FAZER? da APEPREV, que aconteceu nos dias 08,09 e 10 de fevereiro de 2023, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, de interesse do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Açailândia – IPSEMA.
- Interessado (s): Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Açailândia - IPSEMA.

Valor total estimado: R\$ 7.725,00 (sete mil setecentos e vinte e cinco reais)

JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE:

Nos dias 08,09 e 10 de fevereiro de 2023, a Associação Paranaense de Entidades Previdenciárias do Estado e Municípios – APEPREV, realizou, em Foz do Iguaçu/PR, o Congresso Previdenciário RPPS 2023 O QUE FAZER? onde teremos o espaço ideal para adquirir e aprimorar conhecimentos sobre os mais importantes temas da atualidade dentre eles podemos destacar:

- Consolidação das normas de compensação;
- Perspectivas para 2023 diante do cenário volátil do mercado financeiro;
- Instrumentos tradicionais e alternativos do equacionamento do déficit financeiro e atuarial;
- Riscos e retorno dos investimentos do RPPS;
- O RPPS na sociedade disruptiva: Mundo VUCA ou mundo BANI?
- Processo de seleção de ativos e seu acompanhamento -ALM como referência na gestão de longo prazo;
- Pro-Gestão e Certificações;
- Alternativas da renda variável pós eleições;
- Desempenho do investimento em ações em relação à renda fixa no Brasil :Uma avaliação dos últimos 25 anos;

- impactos no RPPS caso ocorram alterações nos benefícios de pensões e aposentadorias por incapacidade sinalizadas pelo novo governo;

Teremos a presença de grandes nomes do cenário brasileiro de Previdência Própria, além das palestras, este evento torna-se uma oportunidade única de capacitação, atualização e troca de experiência nas esferas, administrativas, financeira e jurídica.

DA ESCOLHA: INEXIGIBILIDADE:

A Inexigibilidade da licitação está prevista no art. 25, da Lei 8.666/93, que diz: “É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição”.

Os incisos do art. 25 trazem um rol exemplificativo de hipóteses em que poderá ocorrer a inexigibilidade de licitação, portanto logo podemos concluir que poderão existir outras diversas situações em que estará caracterizada a inexigibilidade. Nesse sentido, Marçal Justen Filho¹: “o legislador reconheceu a impossibilidade de promover um elenco exaustivo, por ser logicamente impossível antever todas as situações em que ocorrerá a inviabilidade da competição. Por isso, ainda que a lei indique situações de inexigibilidade, o rol normativo tem natureza exemplificativo”.

Quanto à inviabilidade de competição prevista no art. 25, Toshio Mukai² esclarece que a mesma “deve ser suficiente e bem fundamentada, demonstrando-se a existência de uma real e efetiva inviabilidade de competição”.

Sustenta J. Cretella Júnior³ que “inviabilidade de competição, ‘lato sensu’, é o certame em que um dos contendores reúne qualidades tais que se torna único, exclusivo, sui generis, a tal ponto que inibe os demais licitantes, sem condições competitivas”.

No dizer de Hely Lopes Meirelles⁴ “a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem ensejado pelo Poder Público, ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne a realização do objeto do contrato.

Assim recomenda o art. 25, inciso II, e art. 13 incisos VI da Lei Federal 8.666/93.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

VI - treinamento E aperfeiçoamento de pessoal.

DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Açailândia - IPSEMA, classificada conforme abaixo especificado:

Unidade Orçamentária	Especificação	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte de Recurso
09.272.0060.2.286	Manutenção Administrativa do IPSEMA	3.3.90.39.00	Outros Serv. Ter. Pessoa jurídica	802 Recursos vinculados ao RPPS. Taxa de adm.

Em caso de prorrogação contratual ou alteração/inclusão dos respectivos créditos orçamentários e/ou financeiros, as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA - IPSEMA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 25 DE JANEIRO DE 2023.



Josane Maria Sousa Araújo
Presidente do IPSEMA
Portaria nº 008/2021-GAB.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Editora Dialética, 1998, p. 251.

² MUKAI, Toshio. Licitações e Contratos públicos. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 45.

³ JÚNIOR, J. Cretella. Das Licitações Públicas. Rio de Janeiro: Forense, 1993, p. 190.